

Para garantir a competitividade

A indústria de celulose e papel brasileira viverá até 2020 um de seus mais importantes ciclos de crescimento, com o objetivo de se fortalecer e aumentar sua participação no mercado mundial. As empresas planejam investir US\$ 20 bilhões em projetos para aumentar a produção. A área de florestas plantadas passará dos atuais 2,2 milhões de hectares para 3,2 milhões de hectares. A construção de novas unidades e a modernização de fábricas permitirão elevar a produção anual de celulose em 57%, ou seja, de 14 milhões de toneladas para 22 milhões de toneladas. A produção anual de papel crescerá 34%, passando de 9,5 milhões de toneladas para 12,7 milhões de toneladas.

São investimentos arrojados que refletem a visão de futuro das empresas e seguem os princípios de sustentabilidade que norteiam suas atividades. “O crescimento desse setor, que tem participação significativa no Produto Interno Bruto do País, possibilitará a geração de novos empregos e a qualificação da mão de obra, além de promover regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma vez que a indústria se expande para outras

regiões brasileiras”, ressalta Daniel Feffer, presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

Além disso, o ciclo de crescimento coincide com perspectivas otimistas para a economia nacional. A projeção de crescimento do PIB em 2010 é de 7,2%, as reservas cambiais superam os US\$ 260 bilhões e o Brasil registra sua melhor classificação nos rankings internacionais de investimentos.

O cenário é positivo, mas insuficiente para se atingir as metas de consolidação do setor. “O Brasil precisa garantir sua competitividade, o que só será possível com medidas estratégicas que precisam ser assumidas pelo próximo governo”, afirma Horacio Lafer Piva, presidente do Conselho Deliberativo da entidade.

Com o objetivo de apresentar as boas perspectivas dessa indústria e as demandas que poderão viabilizar o crescimento das empresas de celulose e papel, a Bracelpa e as empresas associadas estão debatendo os pontos da Agenda Nacional e Setorial para os próximos anos.

A principal reivindicação, em sintonia com toda a indústria, é a desoneração dos investimentos – cuja carga tributária é de 17%. Além disso, o setor reforça a importância de medidas para melhoria da paridade cambial e a criação de um regime especial que interrompa a geração de créditos tributários nas exportações.

Defende, ainda, a criação de uma Política Pública de incentivo à expansão das florestas plantadas, por meio da aquisição de créditos de carbono florestal, e a realização de obras de infraestrutura logística nos modais ferroviário, rodoviário e portuário, essenciais para escoar com eficiência a produção. Propõe, também, medidas que garantam mais fiscalização das importações de papéis destinados à produção de livros, jornais e revistas.

Confira nesta edição da *Folha Bracelpa* as propostas que, somadas a todo o investimento previsto, são essenciais para garantir o sucesso desse importante ciclo de crescimento.



Editorial



Mais do que um período de eleições, vivemos nesses últimos meses um momento de debates sobre o futuro do Brasil. Quais os caminhos para o País crescer? Que medidas são necessárias para se garantir a competitividade quando muitos países, ainda como reflexo da crise financeira internacional, adotam políticas protecionistas que dificultam a conquista de novos mercados pelos produtos brasileiros?

A partir de reflexões sobre essas questões, as empresas de celulose e papel definiram as propostas do setor para o próximo governo, apresentadas nesta edição da *Folha da Bracelpa*. O objetivo é dar condições para que as empresas, que acabam de anunciar vultosos investimentos, possam enfrentar a concorrência internacional.

O Brasil é hoje o quarto produtor mundial de celulose e o nono de papel. O País também começa a ser percebido como um dos grandes protagonistas do agronegócio mundial. As oportunidades são reais. Cabe ao próximo presidente assegurar o crescimento da economia e projetar ainda mais o País.

Boa leitura!

Elizabeth de Carvalhaes
Presidente Executiva da Bracelpa

Estimular os investimentos



Ricardo Teles/Suzano

Desoneração: melhores condições para competir

A principal reivindicação das empresas de celulose e papel para o próximo governo é a desoneração tributária dos investimentos, hoje da ordem de 17%. A medida é essencial para que as empresas tenham isonomia em relação aos países concorrentes, que procuram não onerar o que investem com tributos e, assim, conseguem produtos mais competitivos e alcançam um nível mais elevado de crescimento econômico.

Nos próximos dez anos, as empresas do setor investirão US\$ 20 bilhões visando ao aumento da base florestal, a construção de novas unidades e a modernização de fábricas já em operação. Do total investido, US\$ 3,4 bilhões serão pagos em impostos, valor que poderia ser aplicado, por exemplo, em novos projetos de pesquisa e de inovação.

“O setor de celulose e papel deve apoiar a votação da Reforma Tributária direcionada à desoneração do investimento privado, criando, assim, um ambiente concorrencial dinâmico no mercado interno e exportador”, afirma Daniel Feffer. “O setor busca promover a eficiência e a modernização do parque fabril, o que criará empregos. Serão gerados impostos sobre as novas operações”, completa Ruy Haidar Filho, membro do Conselho de Administração da Santher.

Outro importante ponto da proposta do setor de celulose e papel trata dos créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), gerados nas exportações, que não têm sido restituídos pelos governos estaduais. O valor acumulado pelas operações de comércio exterior, atualmente, corresponde a aproximadamente R\$ 800 milhões. Além da devolução desse montante, o setor propõe ao próximo governo a criação de um regime especial que interrompa a geração de créditos de ICMS nas exportações. ▶

Em relação ao câmbio, o setor defende a implementação de medidas que propiciem a melhoria da paridade das moedas, eliminando a valorização excessiva do real frente ao dólar, que tem afetado o desempenho das exportações das empresas em relação a seus principais concorrentes internacionais. “São medidas que darão melhores condições para a expansão e a otimização de fábricas existentes e a construção de novas unidades, bem como da base florestal”, justifica Feffer.

“A superação da crise econômica – um processo que ainda está em andamento – passa por um acirramento da concorrência. Além de produtos sustentáveis, de altíssima qualidade, o Brasil precisa criar mecanismos que estimulem a presença internacional das empresas”, reforça Horacio Lafer Piva.

O setor também defende o debate de políticas comerciais que fortaleçam a concorrência internacionalmente. “Questões como taxa de câmbio e o desenvolvimento da infraestrutura para

escoamento da produção também precisam fazer parte da agenda do próximo governo”, propõe Jean-Michel Ribieras, presidente da International Paper para a América Latina. “É preciso, também, tratar de questões regulatórias, dentro dos limites da lei, para não gerar insegurança jurídica nem inibir o investimento de capital estrangeiro”, completa.

Piva também destaca a importância de obras de infraestrutura que, ao lado dos investimentos privados, permitirão o avanço do setor. Estudo da Bracelpa aponta as 26 obras de transporte ferroviário, rodoviário e portuário fundamentais para a viabilização dos investimentos. Dessas, cinco são urgentes: alternativa para o Porto de Itaqui (MA), adequação da capacidade do Porto de Santos (SP), restauração do acesso ferroviário do Porto de Paranaguá (PR) e a duplicação (ou triplicação) da BR 101 e da BR 381 (MG). “A eliminação desses gargalos de logística e transporte, aumentará a competitividade e favorecerá outras cadeias produtivas associadas”, afirma Piva.

Valorizar as florestas plantadas

O potencial de absorção de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera pelas florestas plantadas representa uma contribuição efetiva para o Brasil nas negociações climáticas. O estoque de CO₂ dessas florestas ajudará o País a cumprir os compromissos voluntários de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa até 2020, anunciados pelo governo federal no ano passado.

Por isso, os setores de florestas plantadas para celulose e papel, carvão vegetal, móveis e painéis de madeira propõem a criação do “Projeto Brasil Florestas Plantadas”. O objetivo é incentivar a expansão desses plantios, por meio da aquisição de créditos de carbono florestal, o que aumentará o estoque de CO₂.

A proposta baseia-se nos três pilares da sustentabilidade: econômico, ambiental e social. A meta é duplicar em dez anos a área de florestas plantadas do Brasil, atualmente com 6,3 milhões de hectares – serão cultivados 500 mil hectares por ano, durante esse período, em áreas próprias das empresas e por meio de programas de fomento florestal. Essa duplicação de área deverá gerar, adicionalmente, três milhões de hectares de vegetação nativa preservada.

Um grupo de *stakeholders* da indústria de base florestal plantada participa do detalhamento do Projeto, com o objetivo de incluir todos os benefícios gerados pelas florestas plantadas, além do aumento do estoque de CO₂,



Projeto Brasil: pilares da sustentabilidade

tais como preservação da biodiversidade e ampliação de programas sociais nas comunidades próximas aos novos plantios florestais, o que vai gerar emprego e renda e fixar pequenos e médios produtores no campo.

Para dar sustentação técnica, transparência e credibilidade à iniciativa, será criada metodologia, que seja aceita internacionalmente, para mensuração da captura de carbono pelas florestas plantadas e florestas nativas preservadas pelos setores envolvidos. O trabalho reunirá universidades, institutos de pesquisa florestal, empresas certificadoras florestais, indústrias do setor, instituições financeiras e ONGs ambientais, entre outras organizações.

Fiscalizar as importações

A proposta do setor de celulose e papel para o próximo governo inclui um tema fundamental para as empresas que fabricam papéis de imprimir e



Shrek Xiang/omniimages

escrever: mais fiscalização das importações de papéis destinados à produção editorial – livros, jornais e revistas –, imunes à tributação.

Parcela significativa desses papéis tem sido utilizada para outras finalidades do mercado, competindo com o papel de imprimir e escrever fabricado no Brasil, que é tributado. “Isso gera evasão fiscal e concorrência desleal, prejudicando os produtores nacionais”, ressalta Jean-Michel Ribieras, presidente da International Paper para a América Latina.

Em 2010, novas legislações dos governos federal e do Estado de São Paulo entraram em vigor com o objetivo de coibir o desvio dos papéis imunes de tributos. Na avaliação das empresas, porém, ainda é preciso assegurar o pleno funcionamento das medidas.

Além da questão do papel imune, o setor propõe a ampliação das compras governamentais de livros didáticos e a criação de programa para aquisição de cadernos escolares, buscando, assim, incentivar o segmento de papel.

Apoiar a Política Nacional de Resíduos Sólidos

As empresas brasileiras de celulose e papel desenvolveram há décadas um verdadeiro círculo virtuoso a partir da reciclagem de papel. O setor adquiriu conhecimento e se consolidou nessa área, uma vez que parcela importante de papéis e de papelcartão produzida no País possui alto teor de fibras recicladas. E isso ocorreu antes mesmo da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada em agosto deste ano.

“Todo esse aprendizado nos faz acreditar que podemos contribuir significativamente no processo de aperfeiçoamento e implementação das medidas previstas na PNRS”, afirma Cláudio Salce, CEO da Papyrus.

Para isso, é preciso:

- Reconhecer a atividade dos coletores dos resíduos sólidos;
- Criar fontes de financiamento e política de crédito compatíveis com a atividade;
- Estabelecer políticas claras e justas quanto à fiscalização, custos e responsabilidades ambientais, para a disposição e destinação dos resíduos remanescentes no processo de reciclagem.

“Também é importante garantir a isonomia tributária federal, estadual e municipal, em relação aos créditos presumidos dos impostos dos produtos destinados à reciclagem”, reforça Salce.

FOLHA DA BRACELPA

Expediente: Folha da Bracelpa é uma publicação da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). A reprodução das informações do boletim é permitida desde que citada a fonte. **Jornalista responsável:** Sílvia Maiolino – MTb 17.110/SP

Editora: Thaís Mattos. **Design gráfico e diagramação:** TCI Art **Tiragem:** 3.000 exemplares **Gráfica:** Printcrom. **Bracelpa** – Rua Olimpíadas, 66 – 9º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-000, São Paulo – SP
Fone: (+55 11) 3018-7800. Fax: (+55 11) 3018-7813. thais@bracelpa.org.br / www.bracelpa.org.br

100% da produção de celulose e papel no Brasil vem de florestas plantadas, que são recursos renováveis



BRACELPA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL